



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**MARIANNY WALLESKA GOMES DA SILVA**

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NAS  
ORGANIZAÇÕES**

**JOÃO PESSOA  
2024**

MARIANNY WALLESKA GOMES DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NAS ORGANIZAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

**Área de concentração:** Gestão Organizacional.

**Orientador:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Viviane Barreto Motta Nogueira

**JOÃO PESSOA  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Marianny Walleska Gomes da.  
Desafios e perspectivas da inserção do arquivista nas organizações [manuscrito] / Marianny Walleska Gomes da Silva. - 2024.  
33 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.  
"Orientação : Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "

1. Arquivista. 2. Gestão. 3. Organização. 4. Visibilidade do arquivista. I. Título

21. ed. CDD 020.92

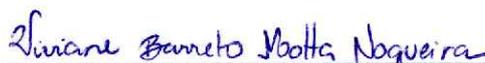
MARIANNY WALLESKA GOMES DA SILVA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NAS  
ORGANIZAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Bacharelado em Arquivologia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Arquivologia.

Aprovada em: 06/06/2024.

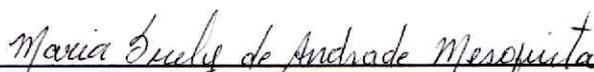
**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Esp. Maria Suely de Andrade Mesquita  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, minha família e amigos que fizeram parte de toda a minha jornada acadêmica, DEDICO.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
2	A ARQUIVOLOGIA E AS ORGANIZAÇÕES.....	9
2.1	O papel do arquivista como gestor nas organizações.....	11
2.1.1	<i>Desafios para inserção e visibilidade do arquivista.....</i>	12
2.1.2	<i>Perspectivas frente à inserção do arquivista nas organizações com os novos recursos tecnológicos .....</i>	14
3	METODOLOGIA.....	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1	<i>Gênero.....</i>	18
4.2	<i>Situação acadêmica e profissional.....</i>	19
4.3	<i>Instituição da graduação (formação ou cursando) .....</i>	19
4.4	<i>Ano de ingresso e conclusão no curso de Arquivologia.....</i>	21
4.5	<i>Nível de oportunidade e dificuldades para a área de Arquivologia.....</i>	23
4.6	<i>Expansão da área arquivística.....</i>	24
4.7	<i>Criação de um Conselho de Arquivologia.....</i>	25
4.8	<i>Remuneração.....</i>	26
4.9	<i>Desafios e perspectivas dos arquivistas.....</i>	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
	REFERÊNCIAS.....	30

# DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NAS ORGANIZAÇÕES

Marianny Walleska Gomes da Silva<sup>1\*</sup>

Viviane Barreto Motta Nogueira <sup>2\*\*</sup>

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a relevância do arquivista, visando sua atuação no mercado de trabalho, incluindo habilidades da gestão de pessoas e documental no setor de arquivo, aprimorando o funcionamento das entidades arquivísticas no que compete ao acesso à informação. A pesquisa foi realizada a partir da metodologia descritiva, exploratória e quali-quantitativa por intermédio da aplicação de um questionário como instrumento para coleta dados. Quanto à fundamentação teórica, escolhemos autores renomados como Belloto (2006) e Jardim (2011) que versa sobre a relevância da gestão documental, bem como Flores (2015), que aborda reflexões sobre a questão dos documentos digitais. Os resultados obtidos contribuem tanto para a compreensão das objeções da integração e reconhecimento do papel do arquivista no contexto organizacional, quanto no que se refere a ampliação do conhecimento sobre as atividades desse ofício. Todavia, o estudo pode contribuir para disseminar a perceptibilidade do arquivista, além de impulsionar o crescimento da profissão e a inclusão do arquivista nos setores públicos e privados.

**Palavras-Chave:** Arquivista; Gestão; Organização; Visibilidade.

## ABSTRACT

This article aims to present the relevance of the archivist, aiming at his performance in the job market, including people and document management skills in the archive sector, improving the functioning of archival organization in terms of access to information. The research was carried out using descriptive, exploratory and qualitative-quantitative methodology through the application of a questionnaire as an instrument for collecting data. As for the theoretical grounding, we chose renowned authors such as Belloto (2006) and Jardim (2011) who deal with the relevance of document management as well Flores (2015) who addresses reflections on the issue of digital documents. The results obtained contribute both to the understanding of objections to the integration and recognition of the role of the archivist in the organizational context, and with regard to expanding knowledge about the activities of this office. However, the study can contribute to disseminating the archivist's awareness, in addition to boosting the growth of the profession and the inclusion of the archivist in the public and private sectors.

**Keywords:** Archivist, Management, Organization, Visibility.

---

<sup>1\*</sup> Estudante do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus V. João Pessoa – PB. E-mail: [marianny.silva@aluno.uepb.edu.br](mailto:marianny.silva@aluno.uepb.edu.br)

<sup>2\*\*</sup> Professora Doutora Associada da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Campina Grande – PB. E-mail: [vivianemotta@servidor.uepb.edu.br](mailto:vivianemotta@servidor.uepb.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro de uma organização pública ou privada existe fluxo documental e para geri-lo, faz-se necessário o conhecimento específico dos procedimentos relacionados à gestão documental. Os desafios dos arquivistas para serem inseridos no mercado de trabalho estão diretamente ligados a falta de um órgão que represente os interesses dos profissionais dessa categoria, poucos incentivos das instituições acadêmicas para promover o reconhecimento da profissão e também relacionado a empresas que visam reduzir custos com a contratação de mão de obra qualificada, pois pessoas formadas em outras áreas do conhecimento são treinadas e alocadas em setores administrativos, para desempenhar o papel do Arquivista.

Nesse sentido, a gestão documental é mais que um conjunto de operações técnicas referentes às atividades documentais, ela é fundamental desde os detalhes sistemáticos até os mais cruciais nas fundações. Santos (2021, p. 103) compreende que as organizações precisam conservar e preservar documentos que são pertinentes à administração e contêm informações com valores históricos e suprimir dúvidas para a tomada de decisões. Por isso, é fundamental a assistência especializada para atuar na gestão documental nas entidades.

A falta de inserção dos arquivistas nas organizações implica em problemáticas desde a produção documental até sua destinação final, visto que com o advento tecnológico a demanda informacional aumentou e os arquivos precisaram migrar para o meio digital, ou seja, exigindo ainda mais conhecimento e qualificação dos especialistas da área.

A partir disso, os cuidados com os documentos físicos devem ser observados pois, de acordo com Rodrigues (2021, p. 17 e 18), alguns danos advindos de meio interno ou externo podem ser causados aos documentos de arquivo, sendo necessário um cuidado relativo à segurança e conservação através de um especialista para manter os documentos em sua forma integral. A exemplo de deterioração dos documentos através de agentes físicos, químicos, biológicos, a exemplo de roedores, insetos, radiação, resíduos químicos, temperatura, umidade, entre outros, propiciando a perda dos documentos.

E para os documentos em ambiente digital, o arquivista deve estar atento a Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital, preparada pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos, com abordagem sobre políticas e estratégias para preservar arquivos digitais a longo prazo, garantindo acesso contínuo (Rocha e Silva, 2004, p. 131).

Nesta conjunção, a conduta das organizações mediante a supressão de ponderar a relevância da inserção do arquivista como gestor a favor das dinâmicas arquivísticas, juntamente ao gerenciamento de pessoas desconsidera que o arquivista trabalha com áreas do conhecimento multidisciplinares, e para desenvolver atividades de cunho arquivístico é preciso deter conhecimentos técnicos e específicos da área, tais saberes conferidos para os profissionais com curso de bacharel em Arquivologia.

Com base no exposto, cabe indagar como inserir o arquivista nas organizações tornando visível seu papel? E quais são as perspectivas para o futuro profissional da Arquivologia diante dos desafios enfrentados no mercado de trabalho? Desta forma, este estudo objetiva apresentar a importância do arquivista no mercado de trabalho, para atuar nas organizações, dando a sua prática incluindo a capacidade de gerir pessoas no setor de arquivo e melhorar o desempenho das instituições no que concerne ao acesso à informação, visto que a tecnologia proporcionou facilidades

para o desempenho da área e desencadeou avanços da fase de produção, utilização e eliminação dos documentos eletrônicos e digitais.

A contribuição acadêmica do estudo justifica-se através da insuficiência de produções científicas na área da ciência arquivística sobre o tema e a relevância de enfatizar as pertinentes contribuições do arquivista nas entidades. Do ponto de vista social, o assunto destaca-se importante por realçar o elo entre o organismo, arquivista e a sociedade, ambos com o propósito de promover acesso à informação, bem como abordar sobre a importância da inserção do arquivista nas organizações, na tomada de decisões relacionadas aos documentos arquivísticos, assim como demonstrar que o arquivo tem valor de prova, que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, patrimônio documental arquivístico, são o “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130), e para mantê-lo preservado faz-se necessário vincular o conhecimento da ciência arquivística às competências do especialista do campo arquivístico.

Buscando considerar que a pesquisa tem relevância para desencadear inquietações com intuito de promover ações que valorizem a área arquivística, os referenciais teóricos utilizados para o desenvolvimento são fundamentados em autores da literatura do século XXI, propiciando uma discussão contemporânea além de autores renomados, como Belotto (2006), Flores (2015), e Jardim (2011) que delineiam sobre arquivística, documentos digitais, e também políticas arquivísticas, retratando sobre contexto tecnológico na arquivologia compreensão do papel do arquivista e políticas públicas, tornando assim, de extrema relevância para a área arquivística.

## **2 A ARQUIVOLOGIA E AS ORGANIZAÇÕES**

Segundo Costa (2013, p. 24) a criação do primeiro curso de arquivologia foi consolidada no ano de 1977 no estado do Rio de Janeiro, através da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Também, no ano seguinte, foi estabelecida a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 que regulamenta a profissão do arquivista e do técnico de arquivo. Essa lei dispõe sobre as atribuições do arquivista, entre elas podemos destacar o planejamento, a organização, direção de Arquivo, promoção de medidas necessárias à conservação de documentos e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos.

Sendo assim, ela garante a identificação do arquivista como titular do conhecimento especializado em todas as atividades inerentes ao arquivo, priva o exercício das atividades a pessoas que não se enquadram nas características solicitadas pela lei, bem como apresenta a necessidade do registro profissional nos órgãos trabalhistas, por isso, é fundamental assegurar as estruturas organizacionais e à sociedade em geral que os arquivistas cumpram os requisitos estabelecidos, promovendo, assim, a qualidade e a confiabilidade na gestão dos arquivos e documentos essenciais para o funcionamento eficiente de instituições públicas e privadas. Nesse seguimento, em 08 de janeiro de 1991, surge a lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Sobre a gestão de documentos essa lei enfatiza:

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Apesar de poucas considerações impostas por essa lei, ela minimamente atende as contestáveis falhas realizadas por corporações. Não obstante, o arquivista desenvolve atividades com processos detalhados relacionados às funções arquivísticas e ao gerenciamento informacional e documental (Furtado, 2019, p. 56). Mas, os respaldos das leis ainda não são garantias da sua inclusão no mercado de trabalho, pois o reconhecimento do seu papel ainda é reprimido através da substituição por profissionais de outras áreas do conhecimento. O conhecimento sobre processos operacionais não é suficiente para o crescimento da empresa, é necessário ter um planejamento de cunho estratégico, mas também é imprescindível conhecer ferramentas de gestão (Conto, 2019, p. 29).

Ainda, Rodrigues (2021, p. 43) afirma que “Na sociedade contemporânea, as novas demandas e expectativas do mercado de trabalho culminam na necessidade de revisão constante e adequação das competências dos profissionais da informação”. E na visão de Hernandez (2022, p. 32):

Não há possibilidade de entender os processos de um arquivo se não entendermos todo o contexto em que ele se encontra, é necessário conhecer os documentos, seus processos, seus usuários e principalmente as necessidades mais pertinentes para desenvolver ferramentas que permitam adequar o acesso do arquivo à sociedade.

Posto isto, é possível destacar que apesar da existência de um órgão central que é responsável pelo acompanhamento da política nacional de arquivos, o Arquivo Nacional, fundado em 1838 com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ e dos órgãos de representatividade como associações que “[...] têm o papel de representar determinado grupo social, atuando de modo a facilitar o exercício de uma profissão e a promover a educação, a cultura, a política e os interesses comuns de determinadas classes, regiões ou setores” (Silveira e Araújo, 2020, p. 114), ainda perdura o questionamento sobre o desconhecimento das organizações sobre a ciência arquivística, que está em constante desenvolvimento em várias regiões do Brasil através dos cursos de arquivologia ofertados em universidades públicas do território nacional.

Também, é importante ressaltar que os arquivos sofreram impactos positivos na contemporaneidade, pois os novos formatos de criação, tramitação e preservação dos documentos arquivísticos no âmbito digital transformaram a visão de grandes problemáticas do arquivo físico em praticidade a partir dos meios tecnológicos. No entanto, os pontos negativos em relação às novidades do mundo digital estão baseados na necessidade de resolução de obstáculos da preservação, integridade e autenticação desses documentos, visto que as instituições também estão se desenvolvendo conforme a evolução de equipamentos, pois a informação é suscetível a disseminação em fração de segundos mundialmente através da internet, tornando inevitável o saber arquivístico para contribuir com as exigências da velocidade computacional.

Ao se adquirir as facilidades proporcionadas pelo documento digital herda-se as suas complexidades e especificidades, referentes ao seu contexto tecnológico. Nesse aspecto, a arquivologia teve de se atualizar criando teorias contemporâneas capazes de satisfazer a abordagem dos documentos arquivísticos digitais (Santos e Flores, 2015, p. 242).

Ao conhecer o papel do arquivista as organizações podem usufruir do conhecimento desse profissional que é capacitado para gerir processos e pessoas que fazem parte dos sistemas pertinentes aos documentos de arquivo.

## 2.1 O papel do arquivista como gestor nas organizações

As entidades são compostas por setores e em cada um deles é designado a um membro responsabilidades inerentes ao funcionamento e atividades correspondentes ao serviço estabelecido por elas. Tais deveres, envolvem a gestão de pessoas e processos e, para o arquivista não é diferente, pois sua formação concede aptidão para exercer esse papel.

Bellotto (2006, p. 306), afirma que:

É fundamental e indispensável que esse papel seja compreendido nas próprias entidades onde o arquivista atua como gestor da informação, seja esta considerada instrumento da administração e do direito, ou testemunho da história e do exercício da cidadania. É preciso que o administrador e o burocrata compreendam que o arquivista não é um simples trabalhador administrativo, dentro de um órgão público ou de uma organização privada, que não está ali apenas para passar papéis ou mídia eletrônica às mãos dos interessados. Ele é um provedor da informação administrativa e jurídica.

Para Ribeiro (2018, p. 24),

[...] Não se trata apenas de desempenhar uma atividade que visa essencialmente a salvaguarda do patrimônio documental, mas sim de assumir uma postura em prol do acesso e da preservação da informação, considerada um elemento essencial da memória identitária do respetivo organismo (entidade) produtor(a).

As autoras supracitadas reafirmam que o campo de trabalho do arquivista deve ser visto como substancial ao funcionamento do arquivo e das organizações. Dado que, o gestor é o elemento chave para o intermédio da dupla comunicação entre a empresa e o mercado consumidor (Alvarenga, 2014). Neste ponto, Ribeiro (2018, p. 31) infere que:

A informação é gerada num determinado contexto organizacional pelos variados agentes que atuam nesse mesmo contexto, seja na área administrativa, seja nas áreas técnica ou científica, seja num contexto familiar ou meramente pessoal. Importa, sim, conceber sistemas de informação em que a componente orgânica nunca é anulada e a componente funcional, que dela decorre, se concretiza na estruturação e agregação de todas as componentes informacionais, para viabilizar o acesso/uso da informação, tanto para a respetiva entidade produtora como para utilizadores externos, tendo em vista os mais variados fins (administrativos, jurídicos, culturais, meramente informativos, etc.).

Além disso, o arquivista é substancial na tomada de decisões, a partir da análise das necessidades de acesso, controle, preservação e recuperação da informação. Ademais, é através da recuperação da informação que serão analisadas as viabilidades de inovações nas organizações. Consoante a isso, Alvarenga (2014, p. 21) evidencia que:

O arquivo de uma empresa é onde ficam armazenados todos os registros de todas as ações feitas por ela no decorrer de sua existência, muitas vezes -ou quase sempre- é preciso analisar estes registros para se tomar novas decisões. Pode-se dizer que funciona como um ciclo que sempre irá existir dentro das empresas que buscam melhorias e espaço no mercado em que atuam.

Portanto, existe a primordialidade em manter a qualidade e a segurança desses arquivos. Vale salientar que a projeção de uma gestão com foco na orientação de pessoas do setor de arquivo e nos outros setores da instituição, e nos documentos em diferentes formatos, desde a entrada ou criação deles até a destinação final, buscando manter os princípios arquivísticos e viabilização para os fluxos informacionais, é indispensável para o progresso das atividades que englobam as decisões nas empresas.

A partir disso, Boeres (2016, p. 525) salienta que “Dentre as características de um bom gestor é possível destacar a flexibilidade, objetividade, confiança na equipe com a qual trabalha e divisão de tarefas”. Além disto,

[...] o gestor além de planejar, organizar, liderar e controlar ele também deve saber administrar conflitos, desenvolver o papel motivacional para sua equipe, e talvez essa seja a tarefa mais difícil dentre as atividades do líder, pois pessoas diferentes sentem necessidades distintas, e suprir necessidades individuais não é nada fácil quando estiver à frente de uma organização que não é sua, pois a empresa tem políticas e procedimentos padronizados (Martins; Carvalho; Carvalho, 2017, p. 151).

Assegurar o funcionamento do arquivo, liderar, criar, inovar, gerenciar e monitorar, são tarefas almejadas perante as exigências do arquivista gestor. À medida que o arquivista demonstra competências para o exercício da função, sua imagem diante do mercado de trabalho é ampliada e favorece a sua visibilidade. Não obstante, a falta de mobilização por melhorias desencadeia desafios para a classe arquivística, assim como reprime o fazer arquivístico em várias esferas.

### **2.1.1 Desafios para inserção e visibilidade do arquivista**

Na contemporaneidade, a profissão de arquivista alcançou novas perspectivas quanto a sua posição no mercado de trabalho, como o surgimento de entidades arquivísticas, que dão suporte a estes profissionais. De acordo com Melo (2021, p. 9), em 20 de outubro de 1971 foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que tinha por objetivo cooperar na promoção e representação da Arquivologia no Brasil, mas em 1998 os núcleos foram extintos e em alguns estados foram criadas associações de arquivistas. No site do Fórum Nacional de Arquivos alguns membros que estão associados ao órgão, são totalizados em doze, sendo os seguintes estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Logo, notoriamente poucas regiões buscam formas de alavancar evoluções no campo arquivístico.

A falta de um órgão regulamentador da Arquivologia a exemplo de um conselho federal ou regional, a fim de impor diretrizes, regras, fiscalização e políticas do exercício profissional, bem como o estabelecimento de um piso salarial, e o incentivo a divulgação da importância da ciência arquivística em pautas de congressos,

reuniões voltadas para a educação, disponibilização de vagas e integrar o curso em mais universidades, concretiza mais anos sem expectativas.

Os cursos universitários, as sociedades profissionais, os periódicos científicos, assim como as agências de fomento e os eventos científicos são considerados como estruturas formais que fornecem os componentes sociais de que uma disciplina científica necessita para possuir uma identidade (Santos, 2012, p. 9).

Apesar de inúmeras discussões, as instituições formadoras dos habilitados em arquivo, que devem ser classes de apoio, continuam sem progressos significativos. No entanto, o país tem capacidade de desenvolvimento alto, mas as políticas públicas pouco incentivam e contribuem para a expansão da Arquivologia em mais regiões do território nacional. Consoante a isso, Jardim (2011, p. 201) reitera:

[...] Políticas públicas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc.) e apresentar uma configuração nacional, regional ou local. Espera-se, em qualquer circunstância, que apresentem alto grau de transversalidade, ou seja, intersecção com outras políticas públicas, tendo em vista a importância da informação para a execução de cada uma delas [...].

Do mesmo modo, as universidades assumem um papel fundamental para preparar o graduando, visando assisti-lo para quaisquer exigências do mercado de trabalho a partir dos componentes curriculares e atividades complementares oferecidas pelos projetos de pesquisa e extensão (Oda e Jacintho, 2019, p. 115). E segundo Belloto (2004, n.p.), “Já não resta a menor dúvida que a formação universitária é o mais importante instrumento para que a atividade arquivística passe, de uma vez por todas, de simples ocupação a profissão”.

Por outro lado, os programas de apoio aos estudantes nas universidades são restritos, pois diversos cursos são ofertados em poucos estados e os estudantes que buscam cursar em uma região distinta são prejudicados. Ademais, uma das maneiras para que essas pessoas viabilizem os estudos, são os estágios remunerados, no qual pode auxiliar financeiramente. Conforme Oda e Jacintho (2019, p. 112):

[...] Através desta modalidade, o futuro arquivista pode conhecer os ambientes de atuação e aplicar aprendizados teóricos de modo a constituir uma parte vital na formação profissional e possibilitar o atendimento desta competência requisitada na hora de contratação.

Todavia, mesmo que a carga horária seja baixa, a participação direta nas atividades de arquivo não exige que o estudante aplique seus conhecimentos para a realização de atividades de sua competência, até mesmo a de gestor indireto. Visto que, de acordo com a Lei nº 6.546 de 04 de julho de 1978, art. 2º, o arquivista tem várias atribuições, a exemplo da direção de serviços de arquivo. Para compor a direção de arquivo, o mercado exige habilidades e competências, mas na prática existem outros fatores que impedem esse desempenho.

A vista disso, um dos fatores que também interfere no reconhecimento de habilidades e competências do arquivista como gestor é a cultura organizacional, uma vez que o desenvolvimento de pessoas nas empresas é influenciado através de um sistema construído por pilares como valores, missão e visão e, os níveis de eficácia

nas ações em prol de atividades que fomentem os impactos positivos no mercado, é o maior diferencial quando os gestores estão incluídos nas premissas dessa estrutura. Para Padoveze e De Benedicto (2005, p. 2):

A cultura organizacional é o aspecto mais importante da organização para o direcionamento de suas atividades. Ela refere-se ao pensamento básico que orienta as ações de um gestor, determinando qual o caminho que ele seguirá quando se deparar com várias alternativas de ação. A cultura empresarial precisa ser bem determinada, porque tem reflexos profundos na organização. Ela orienta as decisões de gestão em todos os níveis da estrutura organizacional, causando impacto diretamente no sistema-empresa. Uma empresa está inserida num macroambiente em constantes mudanças. Há necessidade de adaptar sua cultura empresarial, de tal forma que a instituição tenha condições de corresponder às expectativas ambientais.

Na visão de Leandro e Rebelo (2011, p. 31) “Se os colaboradores devem ser o primeiro dos públicos a serem tratados no âmbito da responsabilidade social interna, são eles também o grande foco de atenção da cultura organizacional (CO)”. Para corresponder a essas expectativas, as maneiras encontradas por instituições públicas e privadas é por meio da terceirização de mão de obra, visto que o arquivo precisa de constante gerenciamento.

Embora não seja adequada a contratação de serviços periódicos a partir da consideração da existência de arquivos correntes, intermediários e permanentes nas entidades, Abreu (2018, p. 30) declara que:

As justificativas para adoção do serviço terceirizado são: otimização do espaço físico, em virtude da redução da área destinada aos arquivos; contratação temporária de mão-de-obra especializada, em consequência de um quadro reduzido de recursos humanos da instituição contratante; e diminuição do tempo e de recursos aplicados a "recuperação da informação" em detrimento de gerenciar documentos.

Todavia, as justificativas podem ser simplificadas como uma redução de custos viável para as organizações, isto é, a visão de investimento em direcionar as atividades do arquivo ao arquivista é substituída sem ponderar as possibilidades de rendimento da gestão desse especialista em relação às atribuições da sua função, a exemplo da garantia em preservar a informação aplicando as ferramentas mecânicas e tecnológicas a favor do acesso para o usuário. Neste aspecto, Tognoli (2012, p. 84) afirma que:

[...] é importante destacar o papel do arquivista enquanto um agente ativo na construção da memória e na atribuição de sentidos, uma vez que o significado do documento deve ser agora, constantemente renovado à medida que cada usuário o utiliza com objetivos diferentes [...].

Portanto, o direcionamento de atividades ao respectivo especialista corresponderá a resultados positivos ou negativos para as expectativas de entregas necessárias ao desempenho dos objetivos das organizações.

### **2.1.2 Perspectivas frente à inserção do arquivista nas organizações com os novos recursos tecnológicos**

As formas de registros informacionais foram alteradas dos primórdios das pinturas rupestres ao conceito da inovação tecnológica que facilitou o acesso à informação. E, nessa transição, a digitalização ganhou grande proporção, transformando-se em um dos suportes de registros informacionais para os documentos. Desde a evolução dos suportes, a necessidade de organização da informação se tornou indispensável nas instituições.

A digitalização é o processo inicial que visa transacionar os dados de um documento não digital para o digital, contudo para que esse processo seja confiável e autêntico será inserido em um ambiente digital para que possam ser preservados de forma adequada, armazenados com prazos longo de guarda e destinados à guarda temporária ou permanente com o apoio do SIGAD e RDC-ARQ. (Oliveira, 2022, p. 29).

Ainda, a autora explica que os documentos eletrônicos e digitais apresentam diferenças relacionadas ao meio de produção e reprodução do conteúdo através de dispositivos eletrônicos, equipamentos computacionais e sistemas de software Oliveira (2022, p. 25). Consoante a isso, vale frisar que o papel do arquivista é planejar, organizar e controlar todos os processos de digitalização documental, visto que o gerenciamento de documentos exige que ele esteja apto a realizar os procedimentos conforme determina a legislação.

Posto isso, podemos citar a lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, explica sobre valor probatório, procedimentos para manter a integridade e autenticidade, preservação de documentos históricos como também a legalização da eliminação dos documentos originais após os procedimentos legais de digitalização documental, o decreto nº 10.278/2020 que estabelece técnicas e requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais, como também a resolução Conarq nº 48, de 10 de novembro de 2021 que estabelece diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto nº 10.278/2020 salientando que

[...] é imprescindível que a instituição que deseja adotar os procedimentos de digitalização no âmbito da aplicação regulamentada pelo Decreto nº 10.278/2020, precisa possuir, no mínimo:

- plano de classificação de documento arquivísticos (PCDA) e tabela de temporalidade de documentos arquivísticos (TTDA);
- regras de acesso e procedimentos de tratamento de informações com restrição de acesso;
- sistema informatizado que atenda a requisitos arquivísticos de gestão de documentos;
- repositório digital confiável que permita a manutenção/preservação do representante digital desde sua captura pelo sistema informatizado de gestão, pelo tempo necessário (CONARQ, 2021, p. 9).

Todas as técnicas alusivas aos mecanismos de digitalização continuam em ascensão, na medida que verifica-se os requisitos do e-Arq Brasil (modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos), da gestão eletrônica de documentos (GED) e do repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) regida pela resolução do conarq nº 51 de 25 de agosto de 2023, por

exemplo, entende-se a relevância de atualizar as instituições sobre a valia desse profissional para gerir a documentação em âmbito digital.

Ao se tratar de documentos arquivísticos representados em meio digital, existe a necessidade de implementar softwares e políticas de gestão e preservação que visem o aumento da confiabilidade do sistema como um todo. Desta forma, estima-se que com o tempo, serão atingidos os níveis de confiança desejados pelo público alvo (Santos e Flores, 2015, p. 204).

A carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital, reafirma a necessidade de intervenções da área arquivística:

A eficácia de um documento arquivístico depende da qualidade e do rigor dos procedimentos de produção e manutenção realizados pelas organizações produtoras de documentos. Entretanto, como a informação em formato digital é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica - de hardware, software e formatos -, essas novas facilidades trazem consequências e desafios percucientes para assegurar sua integridade e acessibilidade. A preservação dos documentos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário (CONARQ, 2005, p. 2).

Em concordância, Jardim (1992, p. 257) considera que o arquivista deve acompanhar o processo de desenvolvimentos dos sistemas de informação, e na visão de Santos (2012, p. 120), a preservação dos documentos arquivísticos deve ocorrer antes da produção, ou seja, faz-se importante planejar os caminhos que esses documentos serão tramitados sem perder todas as características originais e para Schäfer e Lima (2012, p. 142),

[...] A definição de qual método é o mais adequado, por consenso, torna-se uma definição do arquivista, que deve analisar o contexto de produção documental em que atua, partindo da premissa de conseguir adequar o instrumento no ambiente organizacional, como elemento associado às atividades administrativas [...].

Nessa vertente, Freitas e Knauss (2009, p. 10) complementam “[...] que a digitalização de conjuntos documentais precisa ser precedida do tratamento técnico de arranjo e descrição arquivística, no sentido de viabilizar o controle dos usos da massa documental, inclusive de sua reprodução digital [...]”. No entanto, mesmo com as referidas diretrizes, na percepção da atualidade para os usuários de sistemas eletrônicos, a digitalização é considerada como um conjunto de procedimentos que visam apenas a eliminação da massa documental - o que inclui os documentos originais - após a digitalização, sendo uma breve solução para aumentar o espaço para os eletrônicos que são minimalistas quando equiparados a salas e galpões com um grande acervo sem tratamento, para as instituições torna-se viável por causa do custo benefício, o qual evita a admissão de um profissional especializado (o arquivista), como apontam Schäfer e Flores (2013, n.p.):

Por falta de compreensão sobre a importância da gestão de documentos e informações, muitas instituições apostam unicamente na digitalização (ou em outra forma de tecnologia) como a solução para a organização e

recuperação de seus ativos informacionais [...] embora a legislação estabeleça, justificadamente, limites quanto à utilização dos representantes digitais, há entendimentos opostos ao que se estabeleceu em lei, e isso ocorre em face do alcance que os representantes digitais com equivalência nos efeitos de prova e direitos aos respectivos originais possibilitariam nas atividades desenvolvidas em cada instituição.

Para Conway (2001, p. 26),

A conversão da imagem digital, num contexto operacional, requer um profundo e duradouro compromisso institucional com a preservação, uma completa integração entre a tecnologia e os métodos de gerenciamento da informação e uma expressiva liderança no desenvolvimento de normas e conceitos apropriados à preservação digital.

Contudo, podemos compreender que os autores citados defendem as práticas arquivísticas nas instituições, porém, as diretrizes legislativas propiciam interrogações para a área arquivística uma vez que elas não são suficientes para a efetivação dos procedimentos tocantes a digitalização, pois órgãos fiscalizadores da área corroboram com algumas diretrizes, resoluções e recomendações para complementar essas leis. Além disso, a falta de interesse das instituições para manter os arquivos em segurança, priorizar os procedimentos corretos para garantir o acesso à informação e a preservação documental que dependem de altos recursos materiais e financeiros, bem como de especialistas da área tecnológica e arquivística ainda mantém o arquivista longe de sua atuação.

### **3 METODOLOGIA**

Para a realização de uma pesquisa científica, é necessário primeiramente escolher elementos técnicos que nos auxiliem nos resultados. Sendo assim, a metodologia científica pode ser compreendida como uma coleção de técnicas que permitem a reflexão de estudos e possibilidades do objeto de estudo (Silva e Menezes, 2005, p. 9).

Desta forma, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva de caráter exploratório e de campo, com abordagem quali-quantitativa. O universo da pesquisa foram os estudantes dos cursos de Arquivologia, regularmente matriculados nos semestres letivos 2023.2 e 2024.1 das Universidade Estadual da Paraíba - Campus V e Universidade Federal da Paraíba - Campus I do corrente ano e que buscam oportunidades para o primeiro contato com o mercado de trabalho, além de estagiários em Arquivologia e Arquivistas recém formados.

Para a pesquisa de campo, optou-se por aplicar um questionário, produzido pela autora, com 8 perguntas (sendo 7 perguntas fechadas e 1 pergunta aberta), durante a primeira quinzena do mês de abril de 2024, enviado através do Google Forms, como instrumento de coleta de dados, sendo direcionado ao público-alvo descrito acima, a fim de coletar os dados necessários para a realização da pesquisa. A amostra para este estudo foi não probabilística intencional e a seleção dos respondentes se deu por acessibilidade, de acordo com a conveniência da pesquisadora e envolveu: 30 estudantes e 13 profissionais, totalizando 43 questionários.

Ao final da pesquisa, a análise dos dados coletados foi realizada por meio da estatística descritiva e os resultados representados através de tabelas e gráficos elaborados pelo Excel e analisados de forma teórico-descritiva.

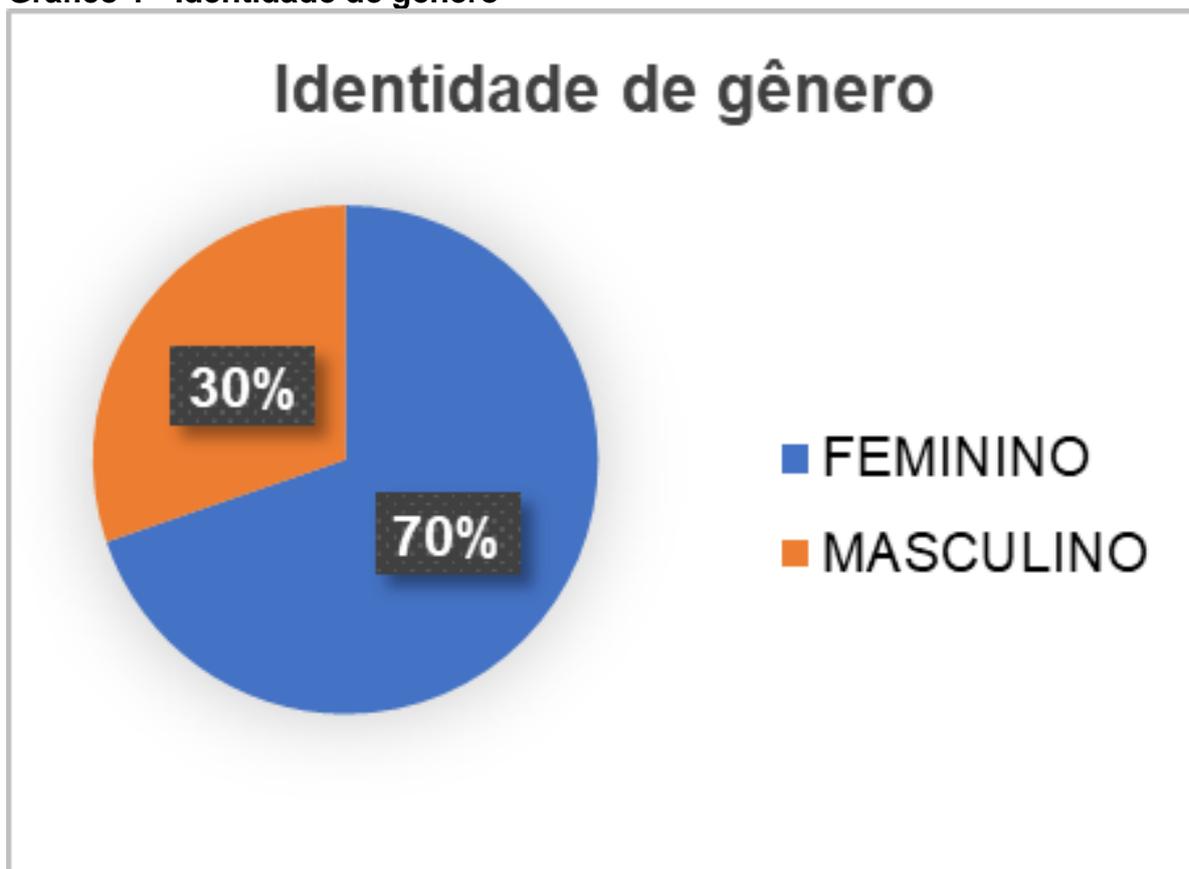
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Gênero

Ao término da formação, todos os profissionais almejam conquistar o espaço no mercado de trabalho e aplicar conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória acadêmica. Por isso, identificar esse universo para contribuir com o fazer profissional, abarca uma grande chance de avançar na área arquivística e compreender as necessidades abrangentes para alavancar o conhecimento das organizações que ainda não incluíram esse profissional no mercado de trabalho.

Consoante a isso, através da pesquisa foi possível identificar com todos os participantes que concordaram em responder ao formulário que, o maior percentual foi de 70%, sendo essa quantidade de respondentes do gênero feminino e, 30% do gênero masculino como representado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Identidade de gênero**



Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

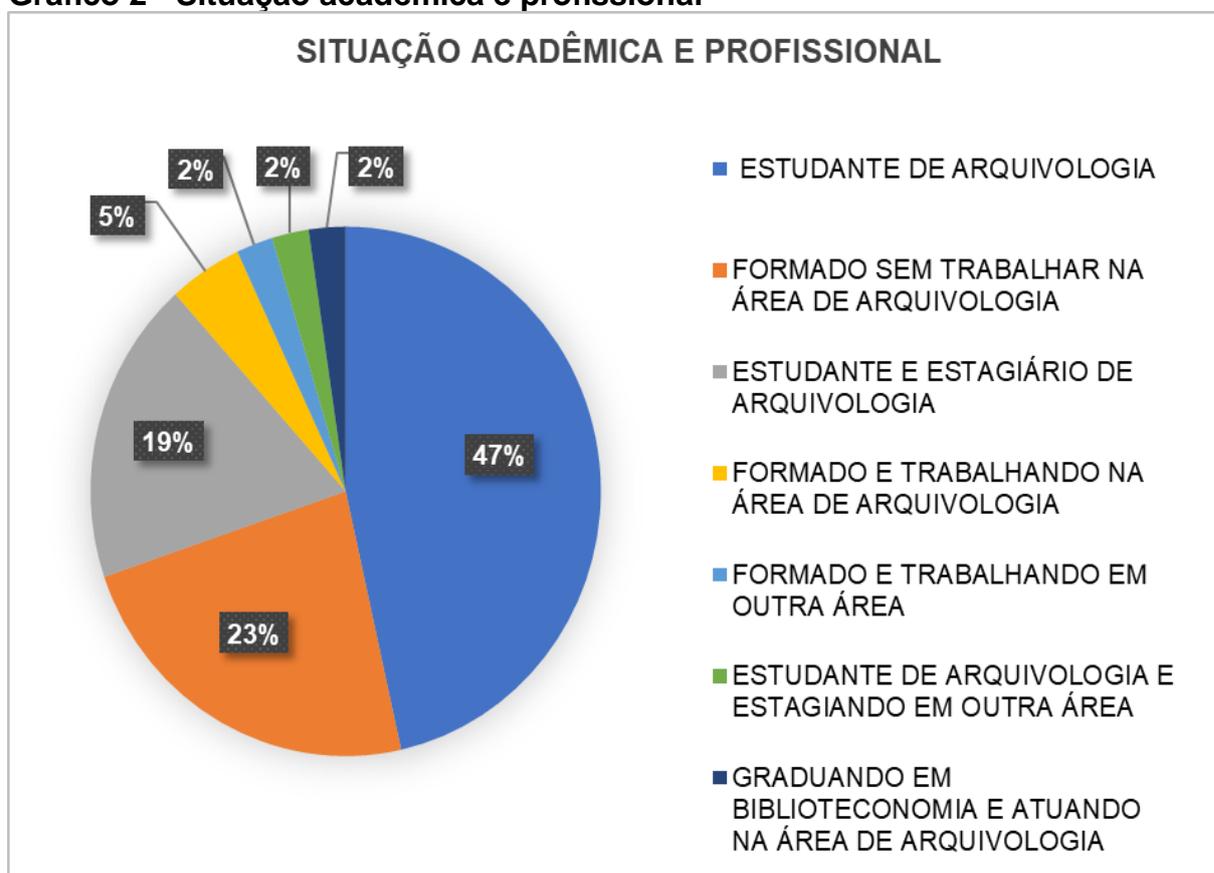
Esses dados nos possibilitam entender que o mercado de trabalho proporciona uma gama diversa de profissões, mas a Arquivologia ainda é mais procurada pelo gênero feminino e de acordo com Zanini (2010, p. 39) existe uma tradição que o grande percentual dos profissionais da área arquivística é do gênero feminino. Mas, indaga-se o motivo da inexistência de um percentual mais alto para o gênero

masculino, sendo esse público a metade do feminino, se a área é capaz de inserir os dois gêneros em vários setores como o digital, o físico, a consultoria arquivística, o patrimônio e história, diplomática, entre outros.

## 4.2 Situação Acadêmica e Profissional

Em relação à situação acadêmica e profissional observamos que o maior percentual de respondentes se enquadra como estudante de Arquivologia com 47%, os outros 23% estão formados sem trabalhar na área e os outros maiores percentuais são profissionais formados sem trabalhar na área e 19% são estudantes e estagiários, os demais representam os estudantes e formados atuantes e não atuantes na área como demonstra o Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Situação acadêmica e profissional**



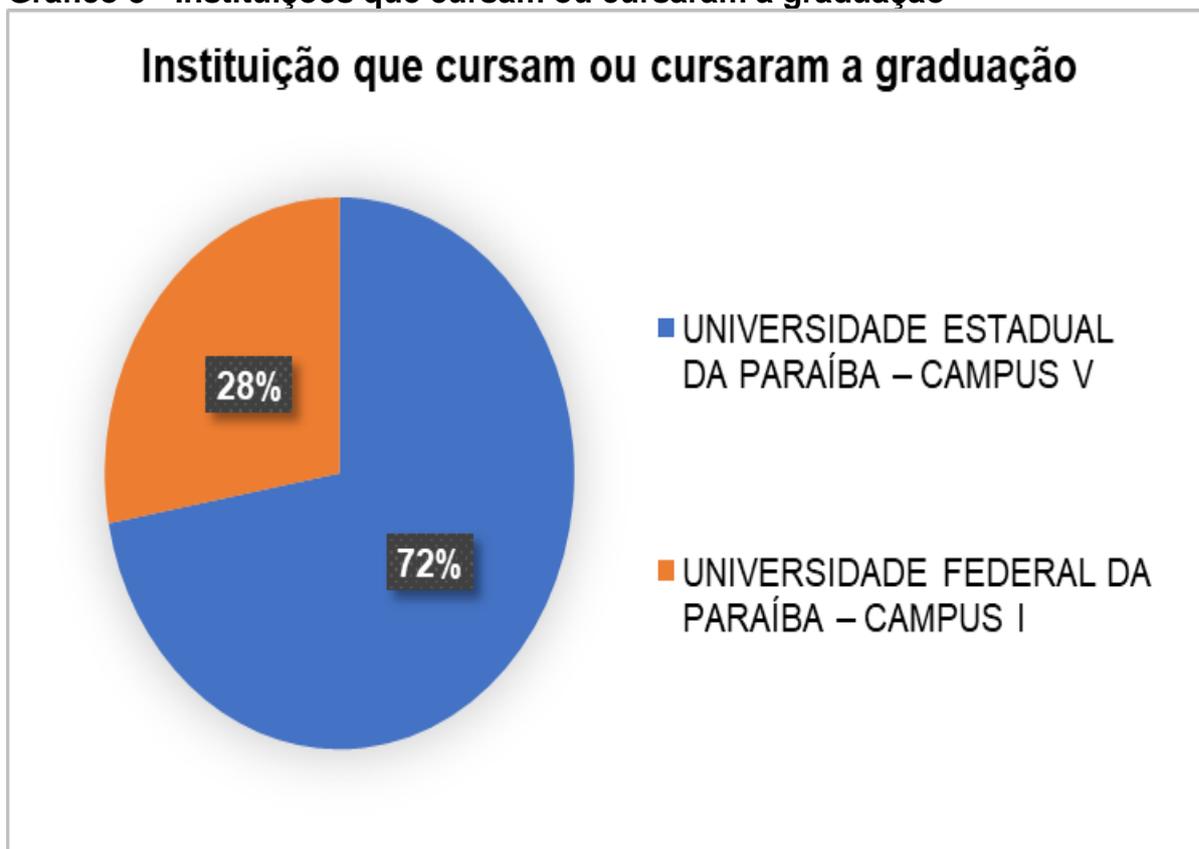
Fonte: Autoria própria.

Observou-se no Gráfico 2 que a maioria dos participantes da pesquisa eram estudantes e alguns deles estavam estagiando na área e essa proporção era maior que a dos formados que trabalhavam efetivamente como arquivistas, isso indicou que as instituições continuam na busca por reduzir custos ao invés de proporcionar estabilidade no quadro, uma vez que o custo com o estagiário é mais barato que a remuneração de um técnico em arquivo ou arquivista pois os estagiários ficam vinculados a instituições de ensino que terceirizam esse serviço. Ainda que essa inserção seja significativa para o primeiro contato com a profissão, esse leque de oportunidades se mantém restrito.

## 4.3 Instituição da Graduação (Formação ou Cursando)

No que se refere às instituições de graduação, verificamos que a maior quantidade de participantes é da Universidade Estadual da Paraíba com o percentual de 72%, ou seja, com a menor participação na pesquisa 28%, a Universidade Federal da Paraíba como demonstrado no Gráfico 3, ou seja, a maior parte dos participantes da categoria que cursa ou cursou estava na universidade pioneira na cidade de João Pessoa, a Universidade Estadual da Paraíba.

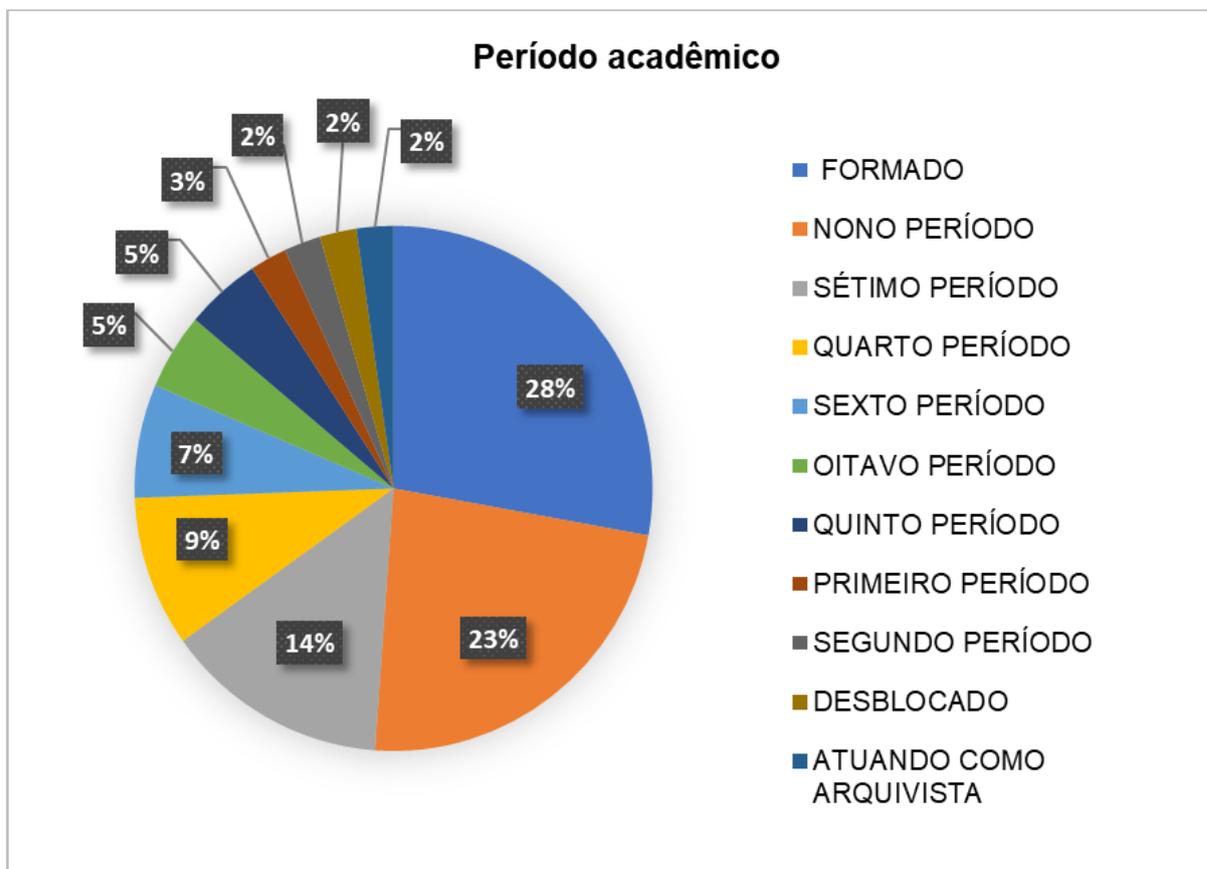
**Gráfico 3 - Instituições que cursam ou cursaram a graduação**



Fonte: Autoria própria

Em relação ao período acadêmico dos participantes, grande parte (28%) são formados na área e os demais estão no término da formação (nono período) e uma pequena parte (2%) atua na área como apresentado no Gráfico 4.

**Gráfico 4 - Período acadêmico**



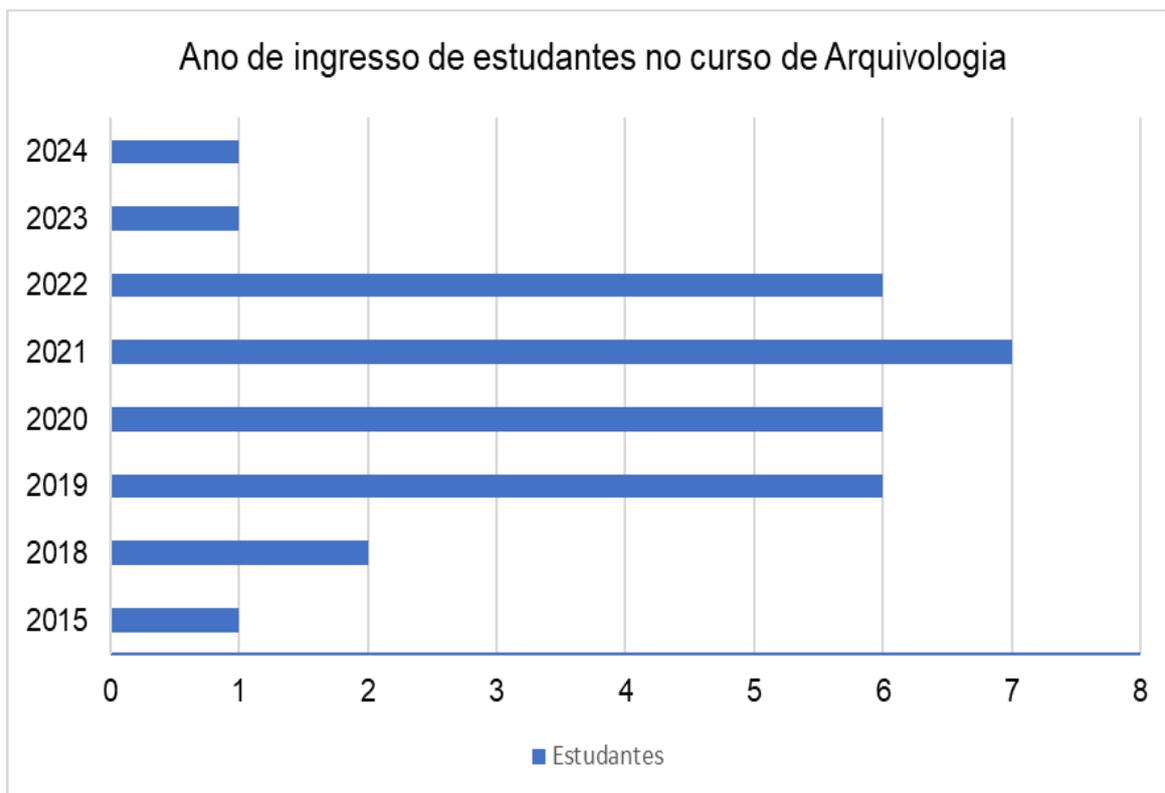
Fonte: Autoria própria.

Os números demonstram que a maior quantidade de respondentes são formados, e possuem propriedade para discutir sobre a temática. A quantidade dos respondentes atuantes da área foi expressivamente baixa, com isso, questiona-se esse percentual de estudantes futuramente, se ao término da formação estarão sem vínculo empregatício e conseqüentemente sem perspectiva de oportunidade na área.

#### 4.4 Ano de Ingresso e Conclusão no Curso de Arquivologia

Apesar dos desafios, percebemos um aumento de ingressantes no curso de graduação em Arquivologia bastante significativo, entre os anos de 2019 e 2022, conforme demonstrado no Gráfico 5.

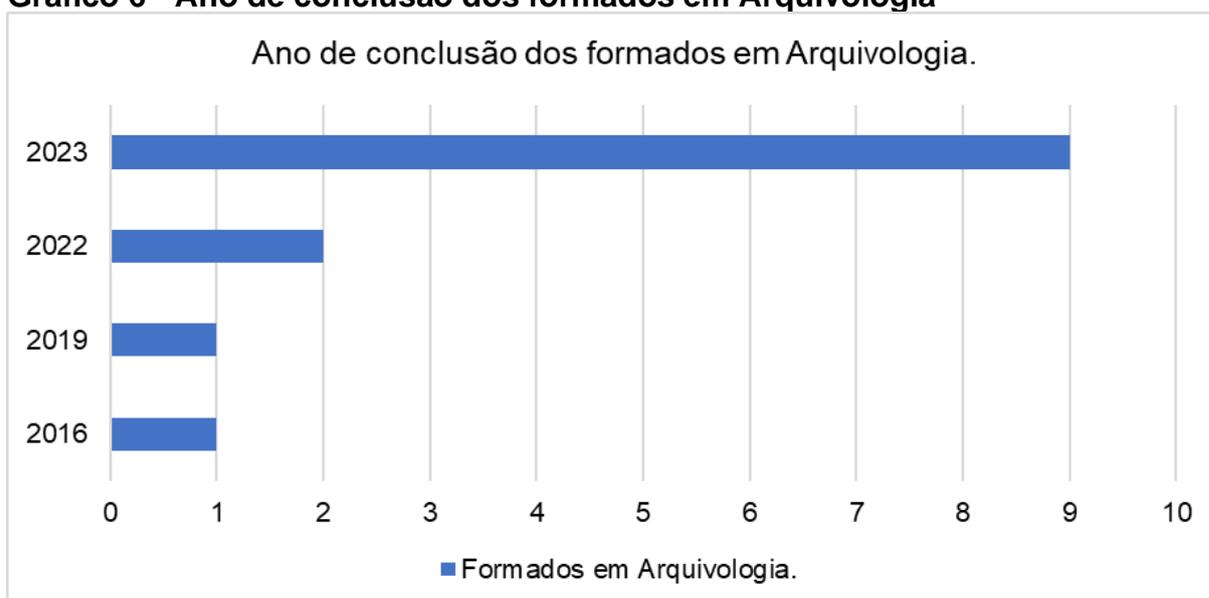
#### Gráfico 5 - Ano de ingresso de estudantes no curso de Arquivologia



Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

Em contrapartida, notou-se que houveram poucos ingressantes no ano de 2023 e 2024, mas também foi evidenciada que a maior quantidade de formados foi mantida no ano de 2023. Isso revelou que o curso tem grande potencial de crescimento, mas a falta de incentivo e divulgação dificulta a procura pela área.

#### **Gráfico 6 - Ano de conclusão dos formados em Arquivologia**



Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

A pesquisa demonstrou que o ano de 2023 teve o maior percentual de formados, entende-se que o mercado dispõe de mais profissionais qualificados na área de Arquivologia.

#### 4.5 Nível de Oportunidade e Dificuldades para a Área de Arquivologia

Constatou-se a partir do Gráfico 7 que os níveis de oportunidade na área são desproporcionais para esses profissionais. Os percentuais do gráfico indicam que 44% dos respondentes consideraram difícil e, 33% não estão em busca de oportunidades, outros consideram mediana a possibilidade (19%), enquanto alguns (2%) buscam oportunidades e seguem engajados em qualificações na área a exemplo do mestrado. Os dados nos instigaram a questionar a razão desta ausência de interesse.

**Gráfico 7 - Nível de oportunidade do primeiro emprego na área**



Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

Diante do questionamento feito acima, os níveis de oportunidades apontam que existe a premência em enxergar as dificuldades para as oportunidades na área como demonstrado no Gráfico 8. Constatamos que a falta de conhecimento das instituições sobre a área de Arquivologia (37%) sobressai relativamente e apresenta a urgência de expandir a área, como também enfatiza a falta de investimento em estágios para o primeiro contato, seguido do desvio de função. Os demais participantes não possuíam dificuldades (24%) ou constataram a falta de um órgão fiscalizador (7%), como associações e conselhos que apoiem os profissionais.

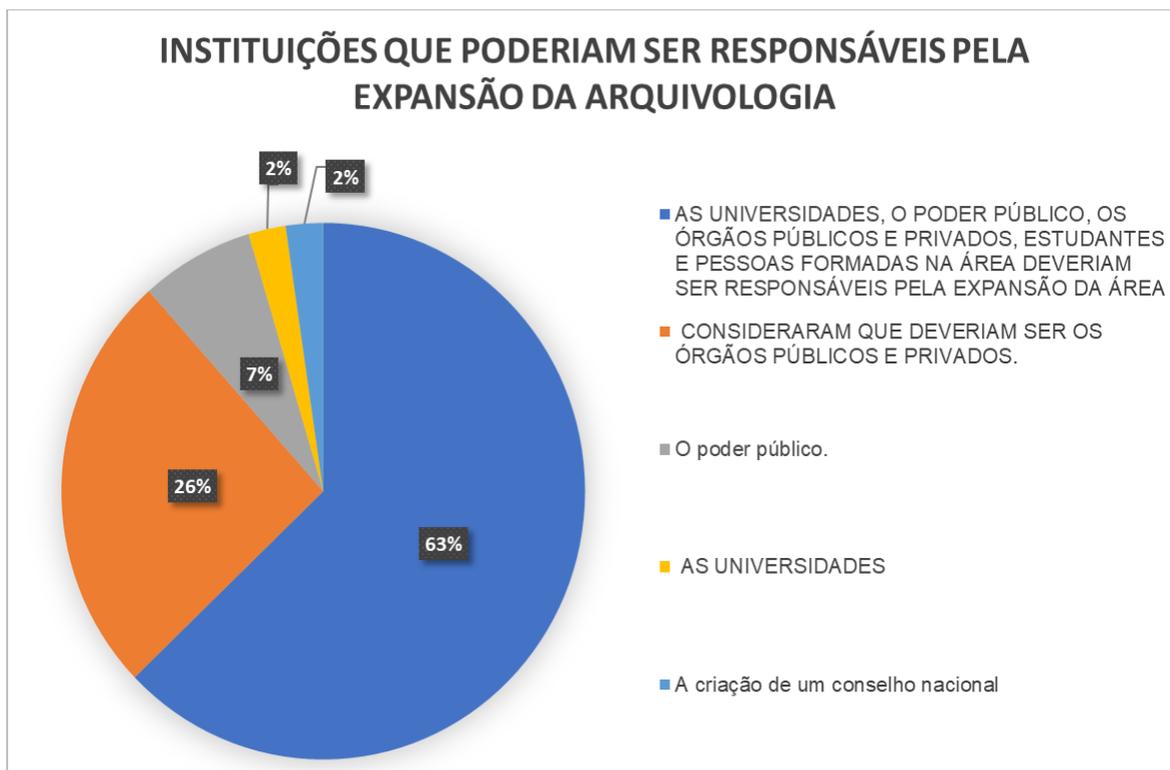
**Gráfico 8 - Dificuldades para oportunidades na área**

Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

#### 4.6 Expansão da Área Arquivística

Diante do exposto, o Gráfico 9 aponta várias instituições, as quais poderiam ser responsáveis pela expansão da Arquivologia, conforme citado anteriormente, os entrevistados apontaram quais entidades poderiam ter um papel mais efetivo na divulgação da área.

**Gráfico 9 - Instituições que poderiam ser responsáveis pela expansão da Arquivologia na visão dos entrevistados**



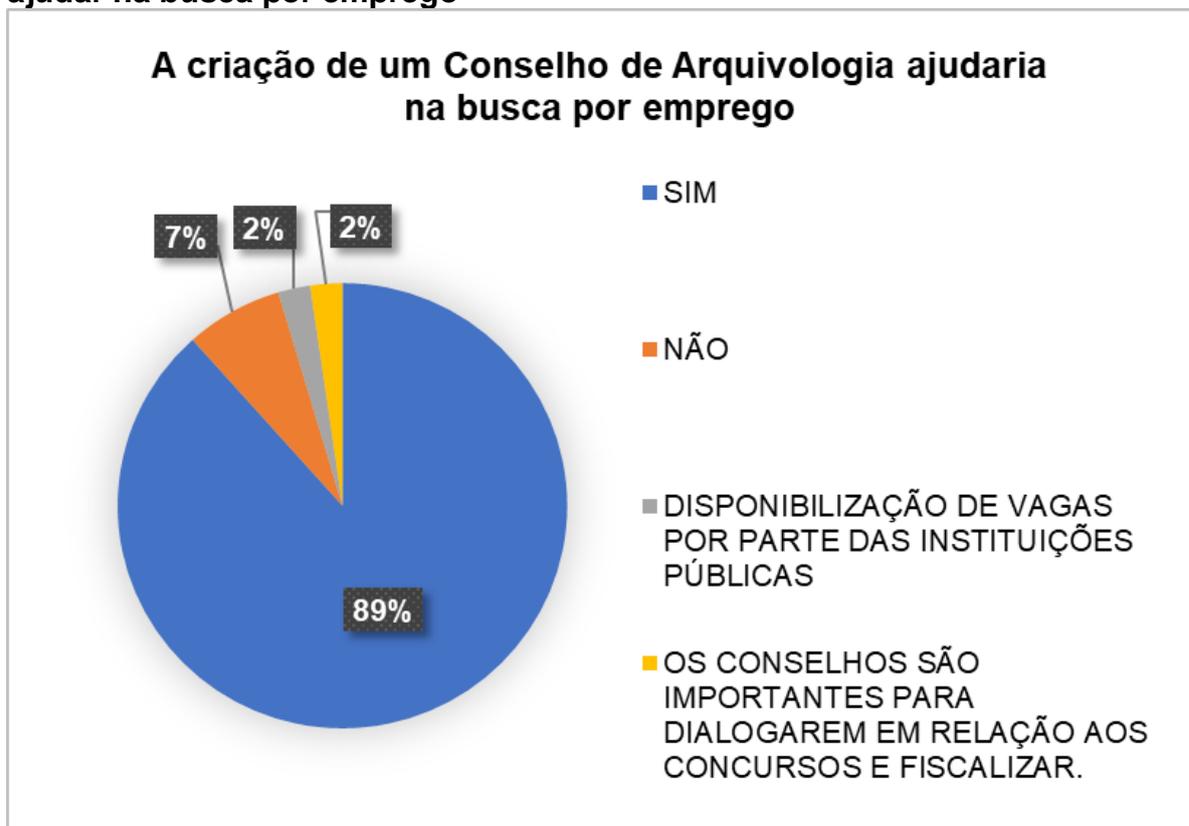
Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

Os números da pesquisa demonstram que 63% dos respondentes qualificam que universidades, o poder público, os órgãos públicos e privados, estudantes e pessoas formadas na área deveriam ser responsáveis pela expansão da Arquivologia, enquanto 26% consideraram que esta responsabilidade deveria ser somente das entidades públicas e privadas, e os demais (9%) julgaram que a responsabilidade pela expansão seria a criação de um conselho nacional, bem como do poder público.

#### 4.7 Criação de Um Conselho de Arquivologia

Através da pesquisa, questionou-se aos participantes sobre a importância da criação de um conselho nacional, o qual ajudaria também na regulamentação do piso salarial da categoria, visto que ainda não existe uma lei que regulamente a remuneração desses profissionais. Sendo assim, os participantes responderam:

**Gráfico 10 - Visão dos participantes sobre a criação de um conselho para ajudar na busca por emprego**

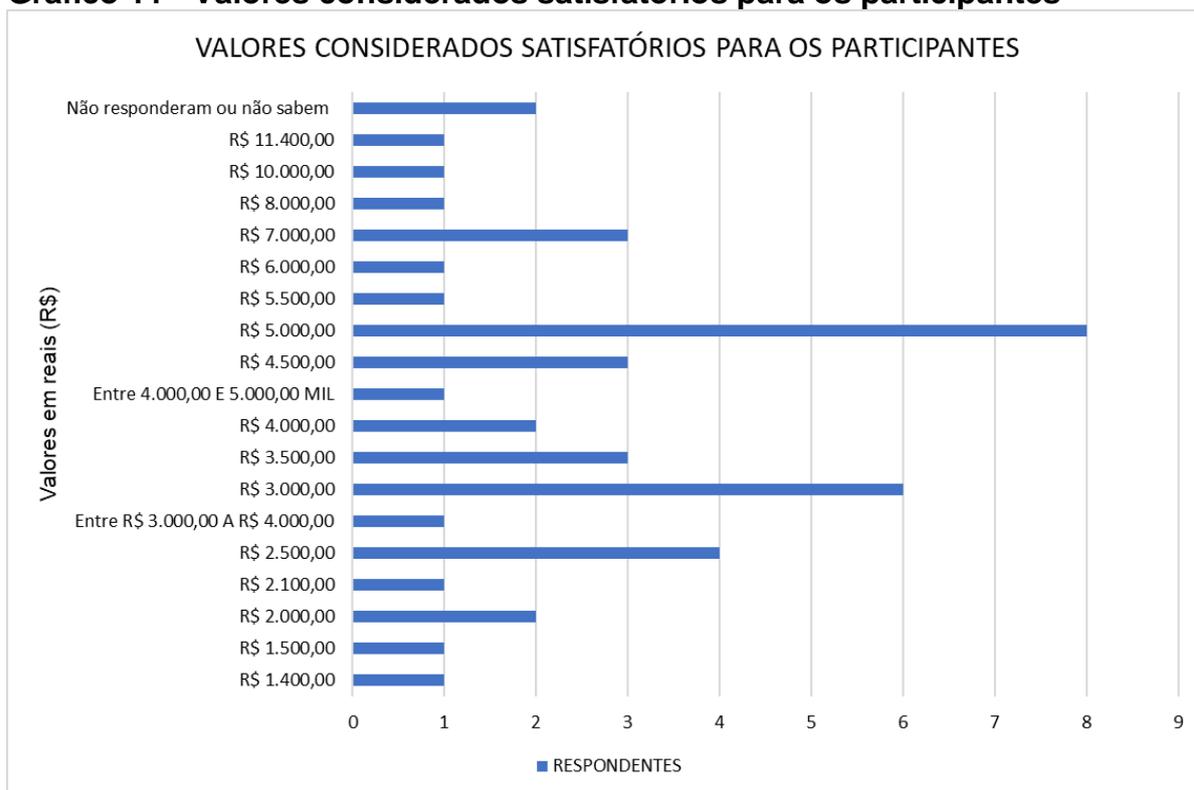


Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

A partir do gráfico, compreendeu-se que a maioria dos participantes (89%) consideram importante a criação de um conselho para auxiliar na busca por emprego. Em contrapeso, 2% julgaram que seriam importantes para ajudarem em concursos e fiscalizações, e os demais respondentes (9%) não consideram o conselho um facilitador de oportunidades empregatícias.

#### 4.8 Remuneração

Sendo assim, a pesquisa questionou aos entrevistados qual seria a média salarial adequada aos profissionais da área:

**Gráfico 11 - Valores considerados satisfatórios para os participantes**

Fonte: Autoria própria. Fonte dos dados: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com o Gráfico 11, percebemos assim que a média salarial satisfatória para um Arquivista variou entre R\$1.400,00 a R\$11.400,00. Percebemos que a variação de valores acarreta uma vasta problemática para os profissionais e as instituições que investem na contratação desses, uma vez que, a visão da empresa é considerar que um Arquivista tem um custo maior que um técnico em arquivo, estagiário ou até mesmo profissionais de diversas áreas que terceirizam as atribuições do arquivista, porém a divulgação e apoio para os profissionais poderiam suprimir esses obstáculos.

#### 4.9 Desafios e Perspectivas dos Arquivistas

##### Quadro 1 - Desafios e perspectivas para a inserção e visibilidade do arquivista nas organizações que não foram citadas no roteiro de perguntas

<b>DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO E VISIBILIDADE DO ARQUIVISTA NAS ORGANIZAÇÕES QUE NÃO FORAM CITADAS NO ROTEIRO DE PERGUNTAS.</b>
“Um dos maiores desafios enfrentados pela Arquivologia é a conscientização sobre sua relevância na gestão documental das organizações e a valorização profissional nessa área.”
“Entender que a profissão é um curso de nível superior e que além das atribuições técnicas, somos preparados para gerir departamentos e instituições de arquivos!”
“Reconhecimento dos estagiários da área, qualidade do local de trabalho, quantidade de vagas de estágios, qualidade de bolsa estágio na maioria das instituições entre outros.”
“Acredito que falta interesse de busca mais sobre a importância do arquivista nas instituições visto que pela visão dos mesmos isso pode ser trabalho de um administrativo ou qualquer outra pessoa. Porém, não é dessa forma que tem que ser feita as organizações precisam compreender a importância do arquivista e como eles são capacitados.”
“O órgão fiscalizador seria de grande ajuda como forma de inserir práticas arquivísticas nas instituições, principalmente privadas.”
“Desafio: conscientização da sociedade sobre a importância dos arquivos. Perspectivas: infelizmente mínima. Ocorre que frequentemente desinteresse dos docentes que conseqüentemente é repassado para os alunos e culmina que nada avança. Na Paraíba, possuímos dois cursos de Arquivologia e uma associação com pouquíssimos associados. Como buscar inserção e reconhecimento se não ocorre fortalecimento para com a associação da área? Quem vai responder pela área na PB? Quem a gente pode cobrar na PB? Hoje, mesmo que ainda sem o reconhecimento que merece, a atual gestão da Associação de Arquivistas na Paraíba vem fazendo um excelente trabalho. Imagina se tivesse apoio dos estudantes e docentes? A arquivologia na PB decolava. O povo tem voz, só não percebe.”
“Abrir oportunidades no quadro de pessoal das empresas, assim como, abrir editais de concursos na área de Arquivologia.”
“A utilização da mão de obra barata dos estagiários, tomando espaços que adequadamente deveriam ser ocupados por Téc. em arquivo.”
“Desafios: A ausência de conhecimento sobre a relevância do suporte e da informação (documentos) nas instituições; A falta de reconhecimento da importância do arquivista em uma instituição, seja ela pública ou jurídica; A competição com outros profissionais que tendem assumir a função do arquivista na instituição; E a necessidade de demonstrar um valor agregado aos serviços de consultoria arquivística. Perspectivas: Reconhecimento da relevância da gestão documental nas instituições; Reconhecimento do arquivista como gestor da informação e detentor de conhecimento necessário para a prática arquivística; A presença do arquivista em todas as reuniões que abordam a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e a LAI (Lei de Acesso à Informação) - Estabelecimento de um piso salarial para arquivistas e estagiários de Arquivologia.”
“Reconhecimento da necessidade desse profissional em todas as áreas governamentais e institucionais. Direcionamento de recursos para investimentos na gestão documental. Inserir os arquivistas em atividades de ouvidoria, implantação de sistemas como por exemplo Sigads. Estruturar organogramas institucionais posicionando o arquivo em um setor independente e com gerência. Reconhecer que para o desenvolvimento de políticas institucionais é possível se ter a presença de um Arquivista.”

De acordo com o Quadro 1, percebemos que os respondentes abordaram temáticas relativas à gestão documental, gestão de departamentos e instituições, visão do estagiário, desvio de função para substituir por trabalho administrativo, falta de um órgão fiscalizador, importância dos arquivos, desinteresse da comunidade acadêmica, associação com poucos associados, falta de apoio de estudantes e docentes, falta de oportunidade no quadro da empresa e no concurso público, visão do técnico em arquivo, serviços de consultoria arquivística, arquivista gestor e ativo na tomada de decisões das empresas, piso salarial e a inserção nas atividades de

ouvidoria e sistemas de arquivo, respectivamente, como desafios e perspectivas para os arquivistas (formados ou em formação), onde podemos destacar que todas as abordagens marcam a ausência do engajamento social e das políticas públicas a favor da expansão da área da Arquivologia.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contudo, este estudo objetivou apresentar a importância do arquivista no mercado de trabalho, para atuar nas organizações, dando visibilidade a sua prática incluindo a capacidade de gerir pessoas no setor de arquivo e melhorar o desempenho das instituições no que concerne ao acesso à informação, visto que a tecnologia proporcionou facilidades para o desempenho da área e desencadeou avanços da fase de produção, utilização e eliminação dos documentos eletrônicos e digitais.

A partir do surgimento da Arquivologia, bem como a transformação dela em ciência e suas evoluções juntamente com as leis, os decretos, resoluções de entidades nacionais, associações e universidades foram significativas para a preservação e continuidade do eixo informacional registrado em diversos suportes desde os primórdios da simbologia e escrita para a transmissão da informação. Além disso, intitulados como Arquivistas, os profissionais capacitados para gerir a informação através dos novos recursos tecnológicos que abarcam a transformação de técnicas e dos suportes físicos e digitais, têm um papel importante na gestão de documentos e pessoas que compartilham dos processos e trâmites documentais nas instituições, sua função vai além das paredes de arquivos, e tamanhas responsabilidades culminaram as reflexões para este trabalho que buscou explorar sobre os desafios e perspectivas da inserção do arquivista nas organizações.

Dessa forma, conseguimos abranger visões fundamentando as discussões relacionadas ao tema e os resultados demonstraram que para inserir o arquivista nas organizações e tornar visível seu papel é necessário viabilizar mais ações como oportunidades na área, responsabilizar entidades públicas e privadas para difundir junto aos estudantes e profissionais formados, como também criar um conselho para fiscalizar, implantar diretrizes e administrar os interesses dos membros a exemplo da base salarial que ainda não é prevista em lei e diante dos desafios as perspectivas apresentadas pelos respondentes contribuem para perceber a importância de difundir as responsabilidades para promover ações que disseminem as informações em prol da garantia de direitos e deveres da categoria.

Portanto, este estudo pode corroborar para propagar a visibilidade do arquivista, além de alavancar a expansão da profissão e incluir os profissionais nos setores públicos e privados. Além do mais, em virtude de poucas participações para o desenvolvimento da pesquisa, o conteúdo pode avançar na medida que a temática seja disseminada para demais pesquisas e evidenciada em veículos de informações, contribuindo para a formação de mais reflexões que agreguem as dos autores elencados neste trabalho, além de estudantes do curso de Arquivologia e arquivistas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mario Cavalcante de. **A política de gestão de documentos e de arquivos no município do Rio de Janeiro: um olhar sobre os procedimentos de terceirização de serviços**. 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2018.

ALVARENGA, Belrismar Bidô. **O mercado de trabalho do arquivista consultor-gestor da informação: uma análise sobre o seu papel em empresas privadas**. 2014. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230p. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 15 out. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. 120 p. (Projeto como fazer, 8).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. **Necessidade de capacitação de gestores para preservação digital na Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 9, n. 2, p. 517-527, jul/dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2426>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2426>. Acesso em 12 set. 2023.

BRASIL. **LEI nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. [S. l.], 4 jul. 1978. Disponível em: [https://www.2Zplanalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6546.htm](https://www.2Zplanalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm). Acesso em: 5 nov. 2023.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq\\_carta\\_preservacao\\_patrimonio\\_arquivistico\\_digital.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf). Acesso em: 31 mar. 2023.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 48, de 10 de novembro de 2021**. Estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do

Sistema Nacional de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.

CONTO, Angela Gabriela de. **Proposta de gestão de processos para uma empresa de embalagens**. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. Tradução: José Luiz Pedersoli Junior, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. 2ª edição. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. (Caderno Técnico nº 52). Disponível em: <https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/52.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024

COSTA, Leonardo Antunes Alves da. **A transferência da imagem do arquivista**. 2013. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FÓRUM Nacional das Associações de Arquivologia no Brasil. [S. l.]. Disponível em: <https://fnarq.com.br/associacoes-membro/>. Acesso em: 24 set. 2023..

FURTADO, Renata Lira. **A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 366 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

FREITAS, Carla Regina; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2009.

HERNANDES, Joana Peregrina. **Usuário de arquivos: estudo de recuperação da informação no contexto do DNIT/RS**. 2022.156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos Arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.251-260, 1992.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada | Obstacles to the formulation of national archival policies in Brazil and Spain. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i1.409. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3295>. Acesso em: 14 out. 2023.

LEANDRO, Alexandra; REBELO, Teresa. **A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional**. Exedra: Revista Científica, n. 1, p. 11-40, 2011.

MARTINS, Leurisvânia Moraes.; CARVALHO, Nerci Maria Rezende.; CARVALHO, Valter Domingos Rezende. **O papel do gestor e os impactos do clima**

**organizacional para a qualidade de vida dentro das organizações.** Multidebates, v. 1, n. 2, p. 149-156, 2017.

MELO, Ivina Flores. O protagonismo do Arquivo Nacional na configuração da Arquivologia no Brasil (1838-1991). **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/981>. Acesso em: 24 set. 2023.

ODA, Rafael; JACINTHO, Eliana Maria dos Santos Bahia. **Mercado de trabalho de Arquivologia no Brasil: análise de anúncios de emprego na WEB.** **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 102–122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/27351>. Acesso em 06 mar. 2024.

PADOVEZE, Clóvis Luís.; CARVALHO DE BENEDICTO, Gideon. **Cultura organizacional: análise e impactos dos instrumentos no processo de gestão.** REAd-Revista Eletrônica de Administração, v. 11, n. 2, p. 1-24, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401137445004>.

RIBEIRO, Fernanda. **Novos retos: Arquivística para amanhã: Actas das III Jornadas Olga Gallego de Arquivos**, 2018. Disponível em: [https://www.fundacionolgallego.gal/upload/recursos/cat\\_2/64/actas\\_iii\\_xornadas\\_olga-gallego.pdf](https://www.fundacionolgallego.gal/upload/recursos/cat_2/64/actas_iii_xornadas_olga-gallego.pdf).

ROCHA, Claudia Lacombe.; SILVA, Margareth da. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro. **Acervo**. [S. l.], v. 17, n. 2, p. 131–140, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/164>. Acesso em: 15 out. 2023.

RODRIGUES, Carlos Alberto. **Plano de emergência em arquivos: competência profissional do arquivista em Santa Catarina**. 2021. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. **Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas.** **Acervo**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 241–253, 2015. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/603>.

SANTOS, Henrique Machado dos.; FLORES, Daniel. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo.** Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, p. 198-218, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2341>. Acesso em: 31 mar. 2023

SANTOS, Juliana Cardoso dos. Gestão documental e gestão da informação abordagens, modelos e etapas. **Informação@Profissões**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 99–120, 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n1p99. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/43273>. Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, Maurílio Coutinho Alves.; SILVA, Ismaelly Batista dos Santos. **A visão dos gestores do setor privado sobre o papel do arquivista e a gestão documental.** CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... Revista Analizando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 745-765, out. 2018. Disponível em:[http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6\\_nesp/racin\\_v6\\_nesp\\_TA\\_GT08\\_0745-0765.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT08_0745-0765.pdf).

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Notas sobre a institucionalização da arquivologia no Brasil (1958-1978). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.** 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/177911>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Preservação de documentos arquivísticos digitais.** Ciência da Informação, [S. l.], v. 41, n. 1, 2014. DOI: 10.18225/ci.inf.v41i1.1357. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1357>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SCHÄFER, Murilo Billig.; LIMA, Eliseu dos Santos. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, p. 137-154, 2012.

SCHÄFER, Murilo Billig.; FLORES, Daniel. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://ancib.org/revistas/index.php/tpbci/article/view/290>>. Acesso em: 06 Abr. 2024.

SILVA, Andressa Cruz Pereira.; ALBUQUERQUE, Joyce da Silva. As redes sociais como ferramenta de recrutamento e seleção. **Business Journal**, v.1, n.1, p.18-35, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2019.001.0002>

SILVA, Edna Lúcia da., MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**, 4ª edição revisada e atualizada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 79–92, 2013. DOI: 10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1729. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1729>. Acesso em: 22 out. 2023.

ZANINI, Marco Antonio. **Estudo do perfil do servidor técnico administrativo em educação da UFSM com formação em arquivologia.** Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização de Gestão em Arquivos, EaD, RS, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/401>. Acesso em 04 mai. 2024.